

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2010
Senhores Acionistas,

A Diretoria da MGI - Minas Gerais Participações S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.Ss., o Relatório da Administração que destaca as principais ações desempenhadas pela Empresa, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Parecer dos Auditores Independentes, bem como o do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

1. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A MGI apurou no exercício de 2010 lucro líquido de R\$46.372 mil, superior em 97,69% ao apurado em igual período de 2009, que foi da ordem de R\$23.457 mil.

O crescimento do lucro líquido em 2010 decorreu dos seguintes fatores: i) excelente desempenho na recuperação dos créditos adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados BEMGE e CREDIREAL; ii) elevado crescimento das receitas de Investimentos provenientes das participações acionárias da MGI, em especial junto à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG; iii) reconhecimento dos ganhos, pelo método da equivalência patrimonial, decorrentes da participação acionária na Helicópteros do Brasil S.A. - HELIBRAS e, iv) rigoroso controle dos custos administrativos e operacionais.

As receitas decorrentes da recuperação de operações de crédito (créditos em liquidação) adquiridas pela MGI junto aos bancos estaduais privatizados BEMGE e CREDIREAL totalizaram em 2010 a importância de R\$12.115 mil (BEMGE - R\$4.473 mil; CREDIREAL - R\$7.642 mil). Em 2009 foram recuperados R\$6.424 mil (BEMGE - R\$3.185 mil; CREDIREAL - R\$3.239 mil).

Essas operações, contabilizadas em Créditos em Liquidação e/ou já baixadas em Prejuízo, por serem de difícil precificação e não acrescentarem nenhum valor ao preço de venda dos dois bancos foram cedidas à MGI pelo valor de R\$1,00 por contrato (BEMGE) e R\$0,08 (CREDIREAL). A cessão desses créditos teve como objetivo garantir a sua permanência em uma empresa sob controle acionário do ESTADO DE MINAS GERAIS (MGI) e, indiretamente, reduzir o custo do saneamento financeiro e patrimonial dos dois bancos estaduais, suportado pelo acionista controlador (ESTADO).

O recebimento dessas operações não tem um comportamento uniforme e depende muito da evolução dos procedimentos jurídicos de cobrança de cada crédito, bem como da superação de entraves e obstáculos utilizados pelos devedores. A tendência de recuperação é declinante, pois são dívidas bem antigas, contraidas, em grande parte, com devedores que atualmente apresentam baixa ou nenhuma capacidade de pagamento e suportadas por garantias frágeis e de difícil realização.

As receitas de Investimentos provenientes da participação acionária da MGI em empresas situadas no território mineiro foram da ordem de R\$34.362 mil em 2010 (R\$10.859 mil em 2009) e estão distribuídas

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(em milhares de reais)

ATIVO CIRCULANTE	2010	2009	PASSIVO CIRCULANTE	2010	2009
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3) ..	62.245	52.209	Fornecedores	225	218
Valores a receber	2.160	1.365	Obrigações trabalhistas	578	557
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	6.461	2.768	Obrigações tributárias	612	223
Impostos a compensar (nota 5)	8.997	10.958	Obrigações por repasses (nota 13)	7.599	6.199
Outros créditos	42	67	TOTAL CIRCULANTE	9.014	7.197
TOTAL CIRCULANTE	79.905	67.367	NÃO CIRCULANTE		
NÃO CIRCULANTE			Provisão para contingências (nota 14)	395	161
Realizável a Longo Prazo			TOTAL NÃO CIRCULANTE	395	161
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4) ..	11.623	13.992	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Créditos a receber (nota 6)	5.104	5.104	Capital social (nota 15)	140.000	140.000
Prov. p/perdas de créditos (nota 6)	(5.104)	(5.104)	Reserva de lucros	38.015	21.094
Depósitos e Bloqueios judiciais (nota 7) ..	2.701	3.037	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ...	178.015	161.094
Investimentos	92.616	83.350			
Participação em Coligada (nota 8)	10.366	-			
Demais Participações (nota 9)	82.250	83.350			
Imobilizado (nota 10)	560	674			
Intangível (nota 11)	19	32			
TOTAL NÃO CIRCULANTE	107.519	101.085	TOTAL DO PASSIVO	187.424	168.452
TOTAL DO ATIVO	187.424	168.452			

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - (em milhares de reais)

	Reservas de Lucros					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros a Destinar	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2008	100.000	7.998	88.813	(124)	-	196.587
Aumento de capital com reservas	40.000	(137)	(39.863)	-	-	-
Dividendos Distribuídos (R\$250.924 p/ lote de mil ações)	-	-	(48.950)	-	-	(48.950)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.457	23.457
Reserva legal	-	1.173	-	-	(1.173)	-
Juros sobre capital próprio (R\$51.262 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Lucros a Destinar	-	-	12.284	-	(12.284)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	140.000	8.934	12.284	(124)	-	161.094
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	46.372	46.372
Reserva legal	-	2.318	-	-	(2.318)	-
Juros sobre capital próprio (R\$46.992 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	(9.167)	(9.167)
Dividendos Distribuídos (R\$103.979 p/ lote de mil ações)	-	-	(12.284)	-	(8.000)	(20.284)
Lucros a Destinar	-	-	26.887	-	(26.887)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	140.000	11.252	26.887	(124)	-	178.015

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
1) CONTEXTO OPERACIONAL

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. é uma empresa sob controle acionário do Estado de Minas Gerais, e tem como principais objetivos:

- Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro;
- Prestar apoio técnico e de gestão administrativa à política de privatização do Estado;
- Assessorar os dirigentes da Secretaria de Estado de Fazenda e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças, nos assuntos relacionados com as participações acionárias do Estado;
- Participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público e;
- Administrar com foco na recuperação, os créditos em liquidação originados do BEMGE, CREDIREAL e MINASCAIXA, atendendo ao cumprimento dos objetivos sociais constantes das alíneas "b" e "c", acima.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76) e suas respectivas alterações (Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09) e as principais práticas contábeis podem ser assim sumarizadas:

a. Apuração de Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. Nas receitas e despesas incluem-se os rendimentos, os encargos e as variações monetárias calculadas com base em índices ou taxas oficiais.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

c. Instrumentos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento; (iii) disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e a Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

d. Valor justo

A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estejam registrados por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

e. Contas e valores a receber

São representadas de acordo com os valores de realização. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na análise individual dos créditos, em montante considerado pela administração como suficiente para a cobertura de eventuais perdas na sua realização.

f. Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas, cuja influência é presumidamente significativa, foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos são representados por participações em sociedades nas quais a investidora não tem influência significativa e estão demonstrados ao custo de aquisição, reduzido, quando aplicável, pela provisão para perdas prováveis na realização de seu valor.

g. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição, reduzido por depreciação, calculadas às taxas descritas na nota 10.

h. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, reduzido por amortização, calculada pelo método linear.

i. Redução ao valor recuperável

Os ativos classificados no imobilizado e no intangível têm o seu valor recuperável testado anualmente e, caso haja indicadores de perdas relevantes, os ajustes são realizados diretamente no resultado do período.

j. Provisões para Contingências

As provisões para contingências fiscais, trabalhistas e outras são constituídas em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais insucessos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for caracterizado como provável o risco de perda em ações judiciais ou administrativas.

k. Outros passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, pelos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

3) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	em R\$ mil	
	2010	2009
Caixa e bancos	180	2
Aplicações Financeiras	62.065	52.207
Total	62.245	52.209

As aplicações financeiras são, substancialmente, compostas por fundos diversificados, administrados por bancos públicos federais e bancos privados de grande porte, registradas ao custo de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Referem-se a:

- 54.914 debêntures de emissão da Belgo Mineira Participações Ind. Com. S.A. atualizadas pelo IGP-M e resgatáveis até 2017;
- 200 debêntures (2ª série) de emissão da CEMIG Geração e Transmissão S.A. atualizadas em 104% do CDI, com vencimento em 01/12/2011;
- 6.219 Títulos da Dívida Agrária - TDAE atualizadas pela TR + 6% a.a., com resgate de juros em 01/03/2011 e resgates do principal e juros em quatro parcelas anuais a partir de 01/03/2012.

As parcelas e os rendimentos recebíveis no próximo exercício encontram-se registrados no ativo circulante.

em R\$ mil	2010		2009	
	Bruto	Deságio	Líquido	Receita
Circulante				
CEMIG GT				
2ª série	3.283	-	3.283	327
Belgo Mineira	4.288	(1.142)	3.146	337
TDA	32	-	32	31
Total Circulante	7.603	(1.142)	6.461	695
Não Circulante				
CEMIG GT 2ª série	-	-	-	3.226
Belgo Mineira	17.904	(6.852)	11.052	3.157
TDA	571	-	571	-
Total Não Circulante	18.475	(6.852)	11.623	3.157
TOTAL	26.078	(7.994)	18.084	3.852

5) IMPOSTOS A COMPENSAR
Referem-se a:

- créditos tributários de COFINS e respectivas atualizações decorrentes da ação judicial com trânsito em julgado em 14/05/2008 e habilitação junto a Receita Federal do Brasil em 18/06/2008 - R\$2.932 mil (2009 - R\$4.721 mil);

em dividendos - R\$2.220,30 mil (R\$9.522 mil em 2009); juros sobre o capital próprio - R\$2.364 mil (R\$1.337 mil em 2009) e resultado de equivalência patrimonial - R\$9.768 mil.

As receitas de aplicações financeiras e com títulos e valores mobiliários foram de R\$9.023 mil (R\$9.794 mil em 2009).

A receita de prestação de serviços proporcionada pelo contrato celebrado com o ESTADO para a administração dos ativos da extinta MINASCAIXA e, também, da administração dos ativos adquiridos pelo ESTADO no processo de alienação do controle acionário dos bancos BEMGE e CREDIREAL foi da ordem de R\$5.683 mil em 2010 (R\$4.465 mil em 2009) (ver item 2.1).

O patrimônio líquido da MGI totalizou R\$178.015 mil em 31.12.2010, representando um crescimento de 10,5% em relação ao patrimônio líquido de 31.12.2009 (R\$161.094 mil).

O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 26,05% no exercício de 2010, bem superior ao retorno de 14,56% apurado no exercício de 2009.

2. GESTÃO EMPRESARIAL
2.1. Gestão de ativos

Por força de contrato celebrado com o ESTADO, a MGI ficou responsável pela administração dos ativos recebidos pelo ESTADO em decorrência da extinção da MINASCAIXA e, também, da administração dos ativos adquiridos pelo ESTADO no processo de alienação do controle acionário do BEMGE e CREDIREAL.

A administração dos ativos abrange, atualmente, 3.112 operações de crédito originadas na MINASCAIXA (1598), BEMGE (1364), CREDIREAL (106) e BDMG (44), de suas carteiras comercial, rural e habitacional.

Em cumprimento ao mencionado contrato, foram alienados 29 imóveis e concluídas 127 renegociações de operações de crédito, apurando-se o montante de R\$9.870 mil (R\$5.637 mil em 2009) e liberadas 405 hipotecas (106 em 2009).

2.2. Recursos Humanos

A rotatividade dos empregados concursados foi de 10% para os advogados e de 12% para os auxiliares administrativos. No exercício de 2009, a rotatividade foi de 14% para os advogados e também de 14% para os auxiliares administrativos.

A empresa vem adotando, semestralmente, sistema de Avaliação de Desempenho com a finalidade de avaliar os níveis organizacionais

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

	2010	2009
Receitas de serviços	5.683	4.465
Impostos sobre serviços	(284)	(223)
Custos dos serviços prestados	(3.800)	(3.028)
LCURO BRUTO	1.599	1.214
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Receitas de recuperação de créditos	12.115	6.424
Receitas de Investimentos (nota 9)	24.594	10.859
Resultado de Equivalência Patrimonial (nota 8)	9.768	-
Receitas aplicações financeiras	5.171	7.820
Receitas com títulos e valores mobiliários (nota 4)	3.852	1.974
Receitas de Variações Monetárias Ativas	748	1.555
Outras receitas operacionais	1	718
Despesas gerais e administrativas	(6.670)	(5.383)
Despesas financeiras	(9.170)	(11.818)
Despesas tributárias	(1.423)	(1.145)
Resultado de Outras Receitas/Despesas	(497)	1.885
LCURO OPERACIONAL	38.489	12.889
Provisão para contribuição social	(774)	(181)
Provisão para imposto de renda	(2.109)	(465)
Reversão de juros s/capital próprio (nota 16)	9.167	10.000
LCURO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	46.372	23.457
LCURO LÍQ. P/ AÇÃO (LOTE DE MIL) - R\$	237,71	120,24

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

ii) créditos tributários e respectivas atualizações decorrentes de recolhimento a maior de FINSOCIAL pela incorporada DIMINAS, cuja decisão transitada em julgado somente reconheceu o direito de compensação dos valores recolhidos indevidamente para aquele tributo, com débitos da COFINS - R\$1.014 mil (2009 - R\$1.838);

iii) saldos negativos de IRPJ e CSLL - R\$5.051 mil (2009 - R\$4.399 mil).

6) CRÉDITOS A RECEBER

Referem-se a créditos decorrentes de contratos celebrados com a Góes Cohabita Participações Ltda. por ocasião da alienação do controle acionário do Banco Agrimisa S.A. Em decorrência da execução judicial e da incerteza de sua realização está sendo mantida provisão de idêntico valor.

7) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS
Referem-se a:

- depósitos, arrestos e bloqueios judiciais ("penhoras on-line") sobre contas correntes e aplicações financeiras da MGI para garantia de honorários de sucumbência - R\$931 mil (2009 - R\$1.511 mil);
- depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) - R\$785 mil (2009 - R\$785 mil)
- depósitos judiciais de natureza tributária IRPJ/CSLL - R\$395 mil (2009 - R\$153 mil) - vide nota 14 - e de natureza trabalhista - R\$7 mil (2009 - R\$5 mil);
- depósito judicial de natureza fiscal e tributária - IOF - R\$583 mil (2009 - R\$583 mil), relacionado ao processo no qual a Receita Federal do Brasil contesta a não retenção, por parte da incorporada DIMINAS, do IOF s/aplicações financeiras de autarquias estaduais e fundos administrados pelo Estado de Minas Gerais. A Administração considera a possibilidade de perda minuta, razão pela qual não foi constituída nenhuma provisão.

8) PARTICIPAÇÃO EM COLIGADA

Refere-se ao investimento na Helicópteros do Brasil S/A - Helibras, avaliado pelo método da equivalência patrimonial em atendimento ao disposto nos artigos 243, §§ 1º e 5º e 248 da Lei nº. 6.404/76:

Dados da Investida	Em milhares
Capital Social	R\$ 28.624
Patrimônio Líquido	R\$ 83.248
Quantidade de ações	407.170
Ordinárias	149.638
Preferenciais	257.532
Dados do Investimento	
Quantidade de ações	50.702
Ordinárias	37.409
Preferenciais	13.293
Percentual de Participação	12,45%
Percentual de participação em ordinárias	25,00%
Valor Contábil do Investimento	R\$ 598
Resultado de Equivalência Patrimonial	R\$ 9.768
Total de Participação em Coligada	R\$ 10.366

9) DEMAIS PARTICIPAÇÕES

em R\$ mil	2010		2009	
	Custo	Provisão p/perdas	Líquido	Receita
Cia. Energética de Minas Gerais - CEMIG	56.015	-	56.015	18.358
Cia. de Gás de Minas Gerais - GASMIG	17.919	-	17.919	4.180
Gerdau Açominas S.A.	4.376	(

10) IMOBILIZADO

	2010		2009		2010		
	Deprec. Anual	Valor Custó	Valor Líquido	Movimentação Aquisições	Baixas	Deprec. no ano	Valor Líquido
Edificações e Construções	4%	490	299	-	-	(17)	282
Computadores e Periféricos ..	20%	308	68	41	(2)	(27)	80
Móveis e Utensílios	10%	304	221	-	(60)	(34)	127
Veículos	20%	61	45	-	-	(9)	36
Instalações Comerciais	10%	47	11	-	-	(2)	9
Máquinas e Equipamentos	10%	57	28	-	-	(4)	24
Aparelhos Telefônicos	10%	12	2	1	-	(1)	2
TOTAIS		1.279	674	42	(62)	(94)	560

11) INTANGÍVEL

	2010		2009		2010		
	Amortização Anual	Valor Custó	Valor Líquido	Movimentação Aquisições	Baixas	Deprec. no ano	Valor Líquido
Softwares	20%	357	32	-	-	(13)	19

12) SEGUROS

A Empresa adota a prática de contratar cobertura securitária para responder por eventuais riscos com os bens do ativo imobilizado.

13) OBRIGACIONES POR REPASSES

Referem-se, substancialmente, a:

i. fundo rotativo de propriedade dos ex-acionistas do BEMGE, destinado à cobertura de despesas com a recuperação de créditos, no valor de R\$6.000 mil (2009 - R\$6.000 mil). Deste montante, a parcela de R\$1.870 mil (2009 - R\$4.301 mil) encontra-se segregada para pagamento de eventuais condenações em honorários de sucumbência;

ii. valores a serem distribuídos aos ex-acionistas do BEMGE decorrentes do resultado líquido da recuperação de créditos no segundo semestre de 2010 - R\$778 mil (2009 - R\$22 mil). O

resultado líquido da recuperação de créditos no primeiro semestre de 2010, no montante de R\$199 mil, foi distribuído em julho do mesmo ano.

14) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Refere-se à provisão constituída para fazer face à eventual desfecho desfavorável na ação judicial impetrada em 28/01/2009 questionando a não dedutibilidade da CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da própria CSLL, para efeito da determinação do lucro real. - R\$395 mil (2009 - R\$153 mil). Os valores questionados são depositados judicialmente (nota 7. iii).

15) CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente integralizado, está dividido em 194.181.680 ações ordinárias e 897.908 ações preferenciais, sem valor nominal, com a seguinte composição:

	Quantidade de Ações			2010		2009	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Estado	193.927.190	-	193.927.190	139.205	139.205	-	-
BDMG	165.323	-	165.323	114	114	-	-
CEMIG	53.307	-	53.307	37	37	-	-
Ações em							
Tesouraria	35.860	897.901	933.761	644	644	-	-
Outros	-	7	7	-	-	-	-
Totais	194.181.680	897.908	195.079.588	140.000	140.000		

16) DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O lucro líquido de R\$46.372 mil apurado no exercício de 2010 teve a seguinte destinação:

- constituição de Reserva Legal - R\$2.318 mil;
- crédito e pagamento aos acionistas sob a forma de juros sobre o capital próprio - R\$9.167 mil;
- dividendos por conta do lucro líquido do exercício - R\$8.000 mil;
- saldo remanescente à disposição da Assembléia Geral Ordinária - R\$26.887 mil.

17) LUCROS A DESTINAR

Em obediência à Lei nº. 11.638/07, que não permite a manutenção de saldos positivos na conta "Lucros Acumulados" a partir dos balanços de 31 de dezembro de 2008, o saldo remanescente do lucro líquido deste exercício (R\$26.887 mil) foi transferido para Reservas de Lucros - Lucros a Destinar, permanecendo à disposição dos acionistas para deliberação em Assembléia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2011.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Leonardo Maurício Colombini Lima - Presidente
 Enio Pereira Botelho - Vice Presidente
 Jorge Luiz Schmitt Prym - Membro
 José Orlando Silva e Santos - Membro
 Pedro Meneguetti - Membro
 Marcelo Lana Franco - Membro
 Sady da Cunha Pereira - Membro

DIRETORIA EXECUTIVA

Enio Pereira Botelho
 Diretor Presidente
 Fernando Antonio dos Anjos Viana
 Diretor Vice-Presidente
 Marlos Florêncio Fernandes
 Diretor Vice-Presidente

CONTADOR RESPONSÁVEL

Gilson de Oliveira Amaral
 Contador - CRC/MG 083.293/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Srs. Acionistas e Diretores da

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

1- Examinamos as demonstrações financeiras da MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2- A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a

avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

4- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A., em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de sua operação e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 28 de Janeiro de 2011.

AUDÉRSERVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S.

CRC - 01 - MG 4553 - O

Antônio Lúcio Pereira Santos

Sócio Responsável

Contador - CRC-MG - 19.407 - O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da MGI - Minas Gerais Participações S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, e em reunião realizada nesta data, conheceu o Relatório Anual da Administração sobre as atividades sociais e os principais fatos administrativos do exercício, examinou as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2010, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, complementadas por Notas Explicativas. Considerando, ainda, o Parecer da Audservice - Auditores Associados S.S. de 17 de fevereiro de 2011, entendemos que as peças examinadas

representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, e, opinamos favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos pela Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas. Opinou, ainda, o Conselho Fiscal, favoravelmente, à aprovação da proposta a ser encaminhada à Assembléia Geral dos Acionistas relativa à distribuição do lucro líquido do exercício.

Belo Horizonte, 01 de março de 2011.

Auxiliadora Pereira Siqueira

Aerson Temístocles João do Rego

Luzia Soraia Silva Ghader

Maria de Fátima Câmara